

SOCIEDADE E NATUREZA: UMA LEITURA SOCIOAMBIENTAL NA ÁREA DE ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO TURVO – SP

Alessandro Aoki¹

Soraia Castellano²

Ivan Moizés Ilkiu³

Caroline Alves Salvador⁴

Ionara Aparecida Mariano de Souza Kanashiro⁵

Maria Eduarda Mariano Pereira Lins dos Santos⁶

Nara Mariano Pereira Xavier Rego⁷

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada no ano de 2007, no Parque Estadual do Rio Turvo, município de Barra do Turvo, região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, e a preocupação era de fiscalizar a área de entorno do Parque no sentido de detectar possíveis irregularidades no uso e ocupação do solo e se a população alvo, formada por maioria de posseiros, seguiam corretamente o plano de manejo, pois essa era uma condição para a manutenção do grupo no local. Além disso, a preocupação central da pesquisa estava em observar a conscientização ambiental dos moradores em

¹ Docente da disciplina de Sociologia no curso de Direito das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – UNISEPE.

² Professora e Coordenadora do Curso de Direito, do Núcleo de Prática Jurídica e da Pós Graduação em Direito da UNISEPE/SP, Doutora e Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela UNIMES.

³ Professor das disciplinas de Teoria Geral do Estado e de Teoria da Constituição do Curso de Direito da UNISEPE-FVR, mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, procurador jurídico efetivo do Legislativo de Pariqueira-Açu/SP, advogado militante na área de Direito Público, autor de livro, capítulos de livros e artigos científicos publicados em revistas qualificadas pela CAPES-CNPq.

⁴ Professora no curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira - UNISEPE. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Santos, é especialista em Direito Tributário pela Escola Paulista de Direito – EPD, Mestre em Ciências Jurídico-Internacionais pela Universidade de Lisboa (Portugal). Advogada e Procuradora Jurídica da APAE de Cajati/SP.

⁵ Professora no curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FVR. Advogada. Graduada pelo Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba. Pós-Graduada em Direito do Trabalho pela PUC-PR.

⁶ Advogada, Graduada em Direito pela UNISEPE - União Das Instituições De Serviços, Ensino E Pesquisa Ltda - Faculdades Integradas Do Vale Do Ribeira – FVR. Especialista em Direito Previdenciário e Processual Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Professora e Técnico de Apoio em Pesquisa e Desenvolvimento, na UNISEPE - União Das Instituições De Serviços, Ensino E Pesquisa Ltda - Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FVR

⁷ Advogada, Graduada em Direito pela Faculdade Educacional Araucária - Facear, Especialista em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Professora e Coordenadora do Núcleo de Atividades Complementares e do Núcleo de Monografias do Curso de Direito, na UNISEPE - União Das Instituições De Serviços, Ensino E Pesquisa Ltda - Faculdades Integradas do Vale do Ribeira - FVR.

relação ao meio em que vive, pois, sabendo dos valores financeiros que podiam obter da natureza a partir do extrativismo vegetal, os valores morais e o respeito aos códigos de conduta ética e da manutenção da terra seriam os principais regulamentos para manter a ordem e o bom andamento do trabalho.

Palavras – chave: Parque Estadual do Rio Turvo; Consciência Ambiental; Valores morais, Ordem.

Abstract

The present work is the result of a field research carried out in 2007, in the State Park of Rio Turvo, municipality of Barra do Turvo, region of Vale do Ribeira, State of São Paulo, and the concern was to supervise the surrounding area of the Park in order to detect possible irregularities in the use and occupation of the soil and if the target population, formed by a majority of squatters, correctly followed the management plan, since this was a condition for the maintenance of the group in the place. In addition, the central concern of the research was to observe the environmental awareness of the inhabitants in relation to the environment in which they live, since, knowing the financial values they could get from nature from the vegetal extractivism, moral values and respect to the codes of ethical conduct and the maintenance of land would be the main regulations for maintaining order and the smooth running of work

Key - words: Rio Turvo State Park; Environmental Awareness; Moral values, Order.

Introdução

A relação homem e natureza estão intrinsecamente ligadas desde que se entende a Terra como um espaço habitado por seres humanos. Antigos registros de aproximadamente dez mil anos atrás já apresentavam indícios de intervenção humana na natureza. Inicialmente, a divisão do trabalho era simples, baseadas na extração de vegetais e frutas, vivendo sobre a égide de uma cultura nômade. Com o passar dos séculos, esses primeiros habitantes, tiveram suas populações aumentadas, pois foram encontrando cada vez mais recursos naturais e tal fato proporcionou o desenvolvimento do conhecimento, e que a partir disso, passou a construir ferramentas para caça, domesticou animais e estabeleceu um povoamento, dando início a um processo de transição, do nomadismo para o sedentarismo.

Dos tempos do homem primitivo até o homem moderno, esse conhecimento ficou acumulado, pois entendemos que a natureza deve ser apropriada para a nossa existência e o resultado disso é que estamos perdendo o controle sobre essa apropriação, que tem nos levado a um abismo sem fundo, pois a nossa

qualidade de vida tem se sucumbido frente ao intenso processo de urbanização e industrialização que está resultando em perdas ambientais e sociais.

Em países subdesenvolvidos e emergentes como é o caso do Brasil, que em pouco mais de 500 anos após sua colonização, conseguiu alterar toda a paisagem dominada pela natureza exuberante, intocada, que os únicos habitantes, os nativos, que viviam nesse vasto território harmoniosamente. Ainda que precisassem explorar madeira e espécies vegetais para fins medicinais, havia o equilíbrio entre a retirada e a regeneração, demonstrando nessa relação, a compreensão dos riscos que poderia acarretar se retirassem em grande escala.

Mesmo com a intensa exploração em tempos de colonização, o país nas últimas décadas está conseguindo preservar o pouco que restou de suas florestas, e que muito se deve aos esforços das políticas nacionais através da criação das unidades de conservação. E essas UCs estão presentes em todo território brasileiro em diferentes biomas e no caso do trabalho proposto, tratamos do bioma da Mata Atlântica assegurada pelo Parque Estadual do Rio Turvo, fundada em 1969, considerada um importante reduto florestal e que abriga um dos maiores exemplares da fauna e flora do país e que também é território para posseiros que se apropriaram e fizeram dessas terras públicas seu lar. Apesar da irregularidade no que tange a questão legal, trata-se de uma questão social, pois são pessoas excluídas do processo produtivo rural iniciado nos anos 1960 por ocasião da mecanização agrícola, e que na busca por moradia, encontraram na floresta um refúgio para sua sobrevivência.

Na última década se presenciou grandes esforços por parte da gestão da UC em realocar essas populações para outras terras, ainda que em territórios florestados, mas fora da área da UC. Apesar da resistência por parte de alguns moradores, a grande maioria, concordaram com a realocação para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que é uma área natural delimitada as margens da UC, e que sua ocupação é possível mediante o uso adequado do plano de manejo tornando possível sua exploração.

Diante do fato, a escolha pela presente área se deu, na ocasião pelo acompanhamento em atividades de campo, ligadas à vistoria de propriedades ocupadas por posseiros, cuja finalidade foi de verificar o cumprimento do plano de manejo nas áreas de entorno da UC.

Portanto, a pesquisa levou em consideração, importantes aspectos da preservação e conservação da unidade de conservação, como a caracterização da unidade de conservação e seus moradores do entorno, numa relação de sustentabilidade, visando a perspectiva da conscientização ambiental e o

cumprimento do plano de manejo das comunidades, como condições para a permanência em áreas naturais, além dos benefícios como instrução e suporte técnico a lavoura e atendimento médico semanal.

Área de Estudo

O Parque Estadual do Rio Turvo está localizada na região do Vale do Ribeira, na porção territorial do Alto Ribeira, compreendendo uma área total de 154.872,17 ha., subdividido em três parques estaduais: o Parque Estadual Caverna do Diabo, com 40.219,66 ha., nos municípios de Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati; o Parque Estadual do Rio Turvo, com 73.893,87 ha., nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga; e o Parque Estadual do Lagamar de Cananéia, com 40.758,64 ha., nos municípios de Cananéia e Jacupiranga. Abaixo a área de abrangência do Parque Estadual do Rio Turvo. (Instituto Florestal). Trata-se de um grande mosaico de unidades de conservação do interior de São Paulo.

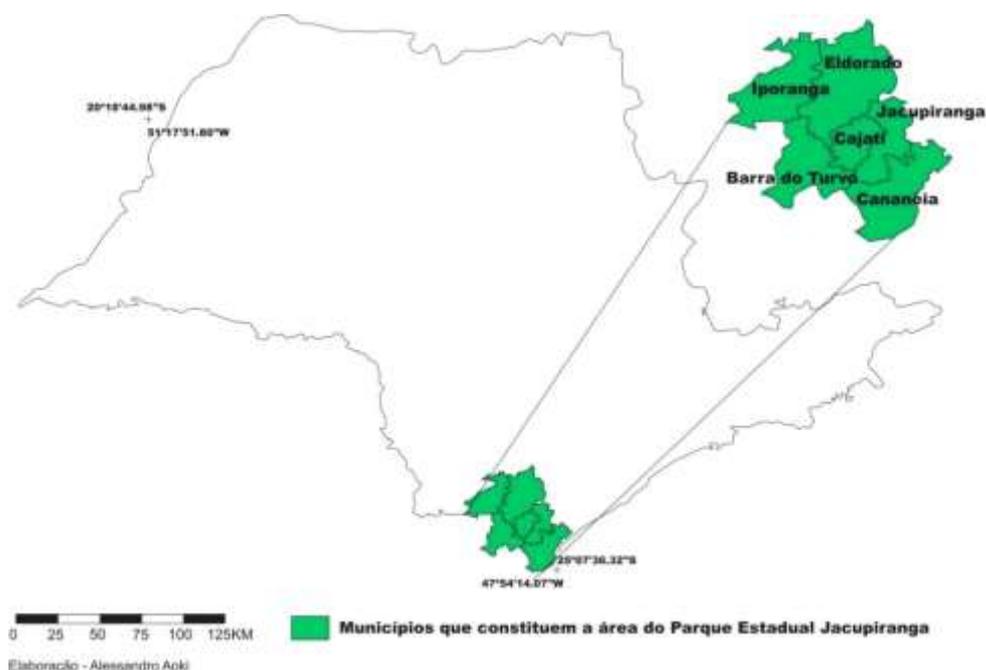


Figura 1 – Área de abrangência do Parque Estadual do Rio Turvo.

Elaboração – Alessandro Aoki, 2008

PARQUE ESTADUAL DO RIO TURVO: Breve caracterização

É uma extensa unidade de conservação, que está localizada no grande bioma da Floresta Atlântica, próxima à fronteira com o Estado do Paraná, em transição da floresta Ombrófila Densa com a floresta Ombrófila mista, classificada como Montana, altitudes acima de 500 metros e Alta Montana, elevações com cerca de 1100 metros.

A Mata Atlântica de fato foi um dos biomas que mais sofreu pelos impactos causados pela intervenção humana, pois grande parte dos estados brasileiros mais importantes está localizada nessa área.

A natureza exuberante que se estendia pelos cerca de 1,3 milhões de quilômetros quadrados de Mata Atlântica na época do descobrimento marcou profundamente a imaginação dos europeus. Mais do que isso, contribuiu para criar uma imagem paradisíaca que ainda hoje faz parte da cultura brasileira, embora a realidade seja outra. A exploração predatória a que fomos submetidos destruiu mais de 93% deste “paraíso”. Uma extraordinária biodiversidade, em boa parte peculiar somente a essa região, seriamente ameaçada (WWF Brasil).

De fato, tal devastação deixou profundas marcas e consequências na natureza, que fizeram com que esse bioma se reduzisse a menos de 10% do seu total.

Dessa forma, vem sofrendo gradativas perdas, estimando que restem aproximadamente 7% de sua área original, sendo distribuída de forma bastante fragmentada no país. (WWF, 2003). Abaixo, uma série histórica de mapas que ilustram o retrocesso do bioma ao longo de 500 anos no Estado de São Paulo.

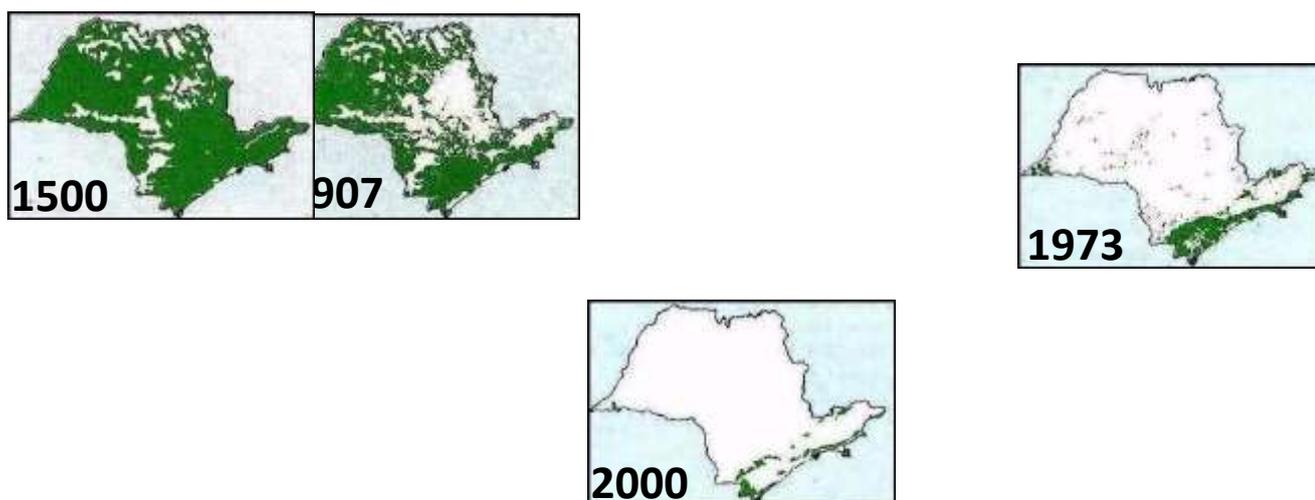


Figura 2 – Mapa da regressão da Mata Atlântica em 500 anos

Fonte: Instituto florestal

Analisando as figuras acima, tem - se a noção de quanto a vegetação nativa foi retirada em nome da manutenção humana e o que restou foram pequenos fragmentos, que ainda preservam grande diversidade biológica e que estão asseguradas pelas unidades de conservação.

Comunidades residentes na Unidade de Conservação

Dois tipos de comunidades vivem na Floresta Atlântica, sendo o nativo e o não nativo, o primeiro remete a comunidade tradicional de quilombola, remanescente de escravos africanos, e o outro formado por posseiros, o que também nos interessa nesse trabalho, são oriundos de diferentes regiões Brasileiras, porém os que foram interrogados, vieram na maioria da região Sul, ainda que estivessem presentes paulistas e nordestinos.

Esses posseiros vieram em meados dos anos 70, com o advento do êxodo rural com a modernização da agricultura que expropriou uma imensa mão de obra não qualificada. Segundo Oliveira (2001) as populações de posseiros remontam um passado próximo, nos anos 60 a 80, e o Estado de São Paulo foi o palco dessas migrações em massa.

A partir do momento em que se encontravam fixo sobre a vasta área coberta pela vegetação nativa, os posseiros passaram a desenvolver a atividade agrícola, fato que trouxe prejuízos ambientais, pois estavam acostumados aos moldes tradicionais de derrubada ou queimada para preparação da terra, porém ainda não havia a implantação do Parque Estadual, que veio só em 1969.

A partir da instalação da sede da UC, é que um conjunto de regras quanto ao uso e ocupação do solo teria que ser obedecidas, fato que, inicialmente causou grande revolta as comunidades ali existentes, acostumados com as técnicas rudimentares e agressivas a natureza. Em conversa com um dos agentes da UC, esse afirmou que no início havia muita resistência por parte dos moradores, não aceitavam imposições de manuseio da terra, mas com sucessivas conversas e sempre amistosas, foi possível fazer com que entendessem aos poucos o significado das imposições da UC, e a partir daí em diante, os hábitos e costumes foram alterando e até denúncias e atividades criminosas faziam. É claro que a troca por atendimento médico, assistência técnica de profissionais do ramo agrícola e florestal, dentre outros favores foram fundamentais para a realização dessa parceria.

Por isso, semanalmente, ocorrem reuniões que envolvem representantes de cada bairro, onde discutem temas relativos ao manejo e conservação da terra, numa relação de construção de projetos que visem o desenvolvimento sustentável. Essas sucessivas reuniões despertaram um sentimento positivo das comunidades com relação a preservação e conservação ambiental, pois perceberam que além dos benefícios dos atendimentos propostos, poderiam obter vantagens econômicas ao participar de cooperativas como o sistema agroflorestal, que visa a integração e conservação da natureza como requisitos para o extrativismo comercial. Além disso, se tornariam os guardiões da floresta, essa que sofreu e sofre com riscos constantes de contrabandistas de espécies nativas animais e vegetais.

Resultados e Discussões

Nessa etapa serão apresentadas imagens com descrições presenciadas ao longo da atividade de campo, acompanhado da equipe de fiscais ambientais em vários pontos localizados ao longo do Parque Estadual do Rio Turvo. Não apenas equipe de fiscais atuam na manutenção local, mas também a comunidade, que está atenta as irregularidades e que denunciam para que a equipe de fiscalização faça seu trabalho.

Partindo dessa relação é que foi possível presenciar a ação dos fiscais ambientais em direção a apreensão de equipamentos e produtos e em casos da presença do infrator a prisão do mesmo.

Conforme observa-se na figura 1, percebe-se cortes de palmitos espalhados pelo solo, que supostamente foram mantidos no local, para que posteriormente fossem carregados pelo infrator. Esse caso ocorreu numa trilha realizada em conjunto com equipes de fiscais ambientais, que ao percorrer cerca de 15 km na mata foi possível testemunhar tais delitos, cometidos por contrabandistas de palmito. E, é importante registrar que a região do Vale do Ribeira possui altos índices de contrabando do palmito nativo, pois há locais clandestinos, que prepararam o produto para ser distribuído em comércios na cidade.

Na figura 2, ilustra uma área que sofreu queimada, de modo a preparar a terra para o plantio, método sob os moldes tradicionais, isso demonstra ainda que há resistências quanto às novas técnicas de plantio. A vistoria se deu numa propriedade próxima a divisa entre os estados de São Paulo e Paraná, onde o morador posseiro foi autuado por cometer tal crime.



Figura 1: Corte ilegal de Palmito

Foto: Alessandro Aoki, 2009.



Figura 2: Área sofrida por queimadas

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

As imagens abaixo remetendo as figuras 3 e quatro, representam um cenário de crime ambiental, caracterizado pela retirada ilegal de madeira em propriedade de posseiros. Além da extração de madeiras nobres, a propriedade também estava judicialmente confiscada por pertencer legalmente a UC, isso se deve ao fato que o antigo posseiro vendeu a terra, ato considerado ilegal. Percebe-se nas imagens que a madeira já estava pronta para ser transportada. Essa apreensão se deu através da vistoria, porém não foram encontrados os criminosos, e os moradores ao lado reportaram os acontecimentos.



Figura 3: apreensão de madeira ilegal

Foto: Alessandro Aoki, 2009.



Figura 4: Fiscais ambientais na apreensão

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

São várias as equipes que cuidam da fiscalização da UC, porém, ainda são insuficientes haja vista as dimensões da área calculada em quase 155 mil ha. No entanto, os esforços contam com a cooperação

dos moradores locais, que denunciam quando vêm irregularidades, mesmo sendo o seu próprio vizinho, mas nesses casos, podem caracterizar divergências pessoais no que diz respeito à competição por áreas, uma vez que, foram tomadas de posse.

É importante esclarecer que houve a estruturação do mosaico do Parque Estadual do Rio Turvo, cujo propósito foi à nova divisão da área, bem como a retirada de moradores dentro do mesmo, sendo realocadas para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as RDSs, sendo legalmente concedidas pelo Estado. Porém as RDSs estão em andamento, no que diz respeito à organização e escolhas de famílias a ocupar essa área, porém já estão todas habitadas e auxiliadas pelos agentes da UC, que colaboram na assistência para essas pessoas.

O objetivo da UC é que gradativamente os moradores sejam realocados para as RDS, situação que contribuirá decisivamente para a redução dos crimes ambientais por parte dos próprios moradores que veem a atividade como fonte de renda e ainda, espera-se que aumente as denúncias de práticas contrabandistas de animais e espécies vegetais.

Até o presente momento presenciamos em vários momentos à ação de práticas criminosas de apropriação da natureza, que foram descobertas com o empenho dos fiscais ambientais em vistorias de rotina, e com o apoio da comunidade local que contribui com as denúncias.

Contudo, é importante também destacar a relação amistosa e cooperativa entre os fiscais ambientais e os moradores que exercem uma grande contribuição para manter a UC preservada e conservada.

As figuras 5 e 6 representam respectivamente, uma família instalada na área de entorno da UC, bem como a agricultura por elas praticada, o sistema agroflorestal. A agrofloresta tornou-se o grande atrativo aos moradores, uma vez que, a atividade é considerada sustentável, com isso as técnicas se limitam ao plantio juntamente a floresta, intercalando, sem prejuízo a nenhuma das partes. Essa atividade tem gerado rendas consideráveis as famílias que aderem, pois, toda a logística e assistência técnica é realizada por especialistas preocupados com o desenvolvimento dessas comunidades, além da cooperação dos fiscais ambientais que executam a vistoria, orientando-os.



Figura 5: Atendimento a comunidade

Figura 6; Cultivo de palmito na Agrofloresta.

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

A figura 7 ilustra o plantio de mudas próxima à rodovia BR 116, num local onde os processos de erosão foram causados pela manutenção da rodovia na retirada da vegetação. Através dos esforços dos funcionários da Uc, foi realizado o plantio de mudas bem como o aterro da área, o que permitiu a revitalização.

Dessa forma, não só as atividades ligadas aos moradores são realizadas, mas também toda a manutenção de sua extensa área, como verificação de queimadas e desmatamentos que são de certa forma rotineiros, e que devido as sucessivas ocorrências, dificulta a ação dos fiscais.



Figura 7: Plantio de mudas próximo à rodovia BR-116

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

Por fim, as figuras 8 e 9, representam à atividade de campo executada pelos funcionários da UC numa propriedade de agricultores, que realizam um tipo de mutirão, desenvolvendo mudas variadas, que

serão posteriormente divididos entre eles. A intenção da visita foi um pedido dos agricultores, para verificar as mudas, e também de solicitar outros tipos de auxílio, como a melhoria da estrada, conforme a figura 9. Esses auxílios dados pelo parque são como gratificações pela preservação da área em que vivem.



Figura 8: Auxílio a agricultores

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

Figura 9: Análise das condições locais

Foto: Alessandro Aoki, 2009.

De fato, as atividades realizadas ao longo do parque, têm surtido resultados satisfatórios, pois as ações de vistorias e auxílios têm beneficiado não somente a população que vive nesse território, mas também a manutenção da floresta Atlântica, pois essas relações amistosas geraram benéficos mútuos. Essa dualidade que envolve a sociedade e a natureza é ilustrada como um ganho para ambos, pois um depende do outro para realizar suas funções mais vitais, como a manutenção da vida ou das espécies.

Considerações Finais

Testemunhamos a relação entre o homem/sociedade e natureza, representadas numa UC, na qual as atividades realizadas pelos fiscais ambientais em sucessivas vistorias nas moradias de posseiros, fizeram com que se mantivessem preservadas. Ainda esses, contribuíram no sentido de construir um diálogo com os moradores para que se conscientizassem acerca dos problemas que podem vir a ocorrer se houver ações contrárias aos exigidos pelo plano de manejo.

Portanto, esse trabalho desenvolvido pela equipe da UC, trouxeram resultados satisfatórios, pois, as contribuições dessas comunidades com denúncias tornaram mais eficazes a busca e apreensão de

espécies animais e vegetais, bem como do criminoso. E essa relação ainda trouxe vários benefícios aos denunciante, tais como assistência médica e auxílio nas atividades agrícolas, com doações de mudas e sementes, e acompanhamento de profissionais ligados a essa atividade.

Contudo, essas atividades continuam sucessivamente, pois a preocupação com a UC é contínuo, haja vista que ainda muitos crimes ocorrem dada à extensão da área e o número reduzido de fiscais, mas por outro lado, muitas famílias também fazem o seu papel denunciando e se beneficiam com a ajuda dos gestores da unidade de conservação, contribuindo para que se chegue a uma harmonia ambiental e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIENTE BRASIL. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br>>_Arquivo acessado em 14 nov. 2008.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Londrina, 2003.

INSTITUTO FLORESTAL. Disponível em <<http://www.iflorestsp.br>>. Arquivo acessado em 14 nov. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia das Lutas no Campo. São Paulo, Contexto, 1988.

TROPPEMAIR, Helmut. Biogeografia e Meio Ambiente. Rio Claro SP. 8ª edição, 2008.

WWF-BRASIL. Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável. Editora Fundação Pierópolis Ltda. São Paulo SP, 2003.